

GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em
Ciências Jurídicas
Aplicadas às Carreiras
Policiais





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Ciências Jurídicas Aplicadas às Carreiras Policiais	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	13
Diferenciais tecnológicos	14
Gran Vantagens	15
Ingresso	16

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

Início imediato após a matrícula e flexibilidade para organizar o próprio calendário, as avaliações podem ser realizadas conforme a disponibilidade e o progresso, proporcionando uma experiência de aprendizagem personalizada.

CONHEÇA NOSSA

METODOLOGIA

Cursos 100% EaD compostos por três módulos, liberados progressivamente a cada 60 dias.

Avaliação feita por disciplina no sistema de provas da Gran Faculdade, com sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se aprovado aquele que alcançar a nota mínima de 70 (setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos, com videoaulas, aulas interativas ao vivo, *slides* e artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso opcional, conforme Resolução CNE/ CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Érico de Barros Palazzo
Coordenador

Delegado de Polícia do Distrito Federal, ex-agente da PCDF. Atuou como advogado e consultor tributarista. Especialista em Direito Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas. Foi aprovado em diversos concursos públicos das áreas policial e jurídica nos últimos anos. Professor de Direito Penal e Legislação Extravagante Penal.

CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS ÀS CARREIRAS POLICIAIS



Este curso se revela imprescindível para quem atua ou pretende atuar nas carreiras policiais, seja como agente, investigador, escrivão, delegado, papiloscopista, perito, policial militar, policial penal, policial rodoviário federal. Entretanto, o curso também viabiliza o estudo das carreiras policiais por qualquer pessoa que tenha interesse em aprofundar seu conhecimento nesta área, exatamente por se tratar de um tema inerente à vida em sociedade. É uma visão técnica de temas que pessoas debatem na internet e redes sociais de forma leiga e, desta forma, acabam tendo uma falsa compreensão do mundo policial.

DESTAQUES DO CURSO

Apresentar e aprofundar os estudos nas ciências jurídicas relacionadas às carreiras policiais;

Revisitar as bases teóricas da teoria do delito para compreender sua evolução para solucionar os atuais conflitos e riscos modernos;

Preparação e conhecimento em diversas áreas de conhecimento aplicáveis às carreiras policiais, tais como medicina legal, criminologia e criminalística;

Aprofundamento no conhecimento de Direito Penal e Processual Penal e sua relação com as carreiras policiais, para melhor desempenhar suas funções dentro da legalidade.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis e tecnólogos em geral. Pessoas que atuam ou pretendem atuar na Polícia Judiciária (como agente, investigador, escrivão, delegado), na Polícia Científica (papiloscopista, perito), na Polícia Militar, na Polícia Penal e na Polícia Rodoviária Federal.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Ciências Jurídicas Aplicadas às Carreiras Policiais tem duração de 6 (seis) a 12 (doze) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Direito Penal - Parte Geral	59 h
02	Direito Constitucional	45 h
03	Criminologia da Macrodelinquência	13 h
04	Execução Penal	28 h
05	Direitos Humanos	23 h
06	Psicologia Investigativa	13 h
07	Medicina Legal	16 h
08	Medidas cautelares, Prisão processual e Liberdade Provisória	18 h
09	Criminalística	23 h
10	Crimes Virtuais I	8 h
11	Direito Penal - Parte Especial I (Crimes Contra a Pessoa)	17 h
12	Direito Penal - Parte Especial I (Crimes Contra o Patrimônio)	12 h
13	Direito Processual Penal	22 h
14	Direito Penal e Direito Processual Penal Contemporâneo	18 h
15	Crimes em Espécie	32 h
	Investigação Defensiva de Pessoas Físicas e Jurídicas	22 h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		369 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 horas
TOTAL DO CURSO		409 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITO PENAL – PARTE GERAL	Introdução ao direito penal. Conceito, caracteres e função do direito penal. Princípios básicos do direito penal. Relações com outros ramos do direito. Direito penal e política criminal. A lei penal. Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Teoria geral do crime. Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade e culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Concurso de crimes e crime continuado. Teoria do tipo. Crime doloso e crime culposos. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Dolo e culpa. Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Ilícitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Teoria geral da culpabilidade. Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Discriminantes putativas e culpa imprópria. Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; e, imputação. Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Medidas de segurança. Aplicação da pena. Elementares e circunstâncias. Causas de aumento e de diminuição das penas. Fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.
DIREITO CONSTITUCIONAL	Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Disposições Constitucionais aplicáveis ao Direito Penal e Processual Penal. Segurança pública. Organização da segurança pública. Atribuições constitucionais da Polícia Federal e demais órgãos de segurança pública.

<p>CRIMINOLOGIA DA MACRODELINQUÊNCIA</p>	<p>Necessidade do estudo da criminologia. A evolução do “crime” e da punição. A criminologia e a escola clássica. A escola positiva e o paradigma etiológico-explicativo. Criminologia contemporânea. As tentativas de explicação do crime com base no determinismo. Anomia. Associação diferencial. Cifra oculta. Sutherland e a criação do conceito do crime do colarinho branco. Importância de Sutherland para a criminologia com a mudança de paradigma. Ecologia. Subcultura. Teoria das vidraças quebradas. Criminologia marxista ou crítica. O problema de ideologias econômicas e políticas fornecerem uma explicação total para o crime. Interação/nismo/teoria do etiquetamento ou do labelling approach. Os movimentos contra o imperialismo, o racismo, o sexismo e a guerra. Críticas e tendências. Os estigmas como metarregras: mulher, raça, religião e pobreza no sistema penal. Outros estigmas. Comparações entre a teoria dos estigmas como metarregras e a teoria do etiquetamento. A polícia e os riscos da seleção de pessoas com o efeito das metarregras-estigmas. Aplicação dos conceitos da criminologia na polícia federal.</p>
<p>EXECUÇÃO PENAL</p>	<p>Lei n. 7.210/1984 (Lei de execução penal). Portaria interministerial MJ/SEDH n. 4.226/2010 (Estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública). Portaria MJSP n. 65/2019 (Formação da força tarefa de intervenção penitenciária no âmbito do DEPEN). Portaria MJSP n. 157/2019 (Disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências). Lei n. 13.675/2018 (Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a política nacional de segurança pública e defesa social; institui o sistema único de segurança pública). Decreto de Regulamentação n. 9.489/2018. Portaria MJSP n. 18/2020 (Aprova a doutrina nacional de atuação integrada de segurança pública – DNAISP). Doutrina nacional de atuação integrada de segurança pública – DNAISP. Plano nacional de política criminal e penitenciária 2020-2023.</p>
<p>DIREITOS HUMANOS</p>	<p>Teoria geral dos direitos humanos: conceito; terminologia; eficácia vertical e eficácia horizontal; características; e, gerações de direitos. Afirmção histórica dos direitos humanos. Direitos humanos e responsabilidade do Estado. Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e na Constituição Federal de 1988. Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. Controle de convencionalidade. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Sistemas de proteção dos direitos humanos. Sistema global de proteção aos direitos humanos. Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução n. 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948). Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (Decreto n. 40/1991). Lei n. 13.060/2014). Resolução da ONU n. 34/169 de 1979 – Código de Conduta para Policiais. Manual de Formação em Direitos Humanos para as Forças Policiais da ONU. Pacto de São José da Costa Rica.</p>
<p>PSICOLOGIA INVESTIGATIVA</p>	<p>Psicologia e comportamento criminal. Características psicológicas importantes para a investigação. Psicologia jurídica: psicologia forense e psicologia criminal. Psicologia penitenciária, psicologia investigativa. Psicologia investigativa: definição, conceitos e objetivos. Psicologia investigativa: analisando a cena do crime e o perfil dos criminosos. A psicologia investigativa traçando o perfil criminal. Ladrões, arrombadores, pedófilos, estupradores e assassinos. Criminal profiling: mito ou realidade, arte ou ciência. Criminal profiling: definição, conceitos, objetivos. Teoria e tipologia do FBI. Geografia do crime.</p>

<p>MEDICINA LEGAL</p>	<p>Identificação médico-legal. Traumatologia Forense. Classificação médico-legal da causalidade do dano. Energia: física, mecânica, química, físico-química. Instrumentos perfurantes: lesões e caracteres. Instrumentos cortantes: lesões e caracteres. Identificação: genérica, específica e individual. Feridas de defesa. Esgorjamento. Degolamento. Decapitação. Instrumentos contundentes: escoriações, equimoses e lesões produzidas por instrumentos contundentes. Instrumentos cortocontundentes. Instrumentos perfurocontundentes. Comoção cerebral. Comoção medular. Choque. Coma. Inibição cardíaca. Hemorragia. Embolia. Armas de fogo. Lesões corporais (art. 29, CP): leve, grave e gravíssima. Lesões mortais.</p>
<p>MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA</p>	<p>Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas cautelares e prisão processual: visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade versus Direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no tribunal do júri. Soltura: institutos restabelecadores do “status libertatis” no curso das persecuções penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão domiciliar e habeas corpus coletivo.</p>
<p>CRIMINALÍSTICA</p>	<p>Criminalística: disciplina ou ciência? Assertivas técnicas. O método científico. Objetivo da ciência. O experimento. A hipótese. O argumento. Lógica dedutiva e indutiva. Aplicação dos conceitos na perícia criminal. Procedimentos e responsabilidades. Locais de crime. Elementos fundamentais para elaboração de laudo pericial. Cadeia de custódia e exames periciais.</p>
<p>CRIMES VIRTUAIS I</p>	<p>Gestão de segurança da informação. Análise e avaliação de riscos da informação. Cibersegurança, proteção de dados e segurança da informação. Direito penal cibernético (autoria, materialidade, tipicidade e local do crime). Crimes de informática. Crimes eletrônicos. Crimes sexuais virtuais. Investigação e provas no ambiente cibernético. Elaboração de laudos periciais. Estudo de casos.</p>
<p>DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL I (CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E A PESSOA)</p>	<p>Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL PENAL</p>	<p>Direito processual penal. Princípios gerais, conceito, finalidade e características. Fontes. Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. Sistemas de processo penal. Inquérito policial. Histórico. Natureza. Conceito. Finalidade. Características. Fundamento. Titularidade. Grau de cognição. Valor probatório. Formas de instauração. Notitia criminis. Delatio criminis. Procedimentos investigativos. Indiciamento. Garantias do investigado. Conclusão. Prazos. Jurisdição. Competência. Conexão e continência. Prevenção. Questões e procedimentos incidentes. Competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, conflito de competência. Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. Ação penal. Conceito, características, espécies e condições. Acordo de não persecução penal. Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. Juizados especiais criminais: aplicação na justiça federal. Termo circunstanciado de ocorrência. Atos processuais.</p>

<p>DIREITO PROCESSUAL PENAL</p>	<p>Forma, lugar e tempo. Provas. Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. Princípios gerais da prova e procedimento probatório. Valoração. Ônus da prova. Provas ilícitas e decorrentes das ilícitas. Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições e horários. Prisão. Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. Fiança. Sentença criminal. Ação civil ex delicto. Jurisdição e competência. Foro por prerrogativa de função. Competência em razão da matéria e territorial. Conexão e continência.</p>
<p>DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL CONTEMPORÂNEO</p>	<p>Informativos do Superior Tribunal Federal. Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas do Supremo Tribunal Federal. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.</p>
<p>CRIMES EM ESPÉCIE</p>	<p>Lei n. 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). Lei n. 12.850/2013 e suas alterações (Crime organizado). Lei n. 9.503/1997 (Crimes no código de trânsito brasileiro). Lei n. 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo). Lei n. 8.072/1990 (Crimes hediondos). Lei n. 7.716/1989 e suas alterações (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). Lei n. 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura). Lei n. 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente). Lei n. 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do desarmamento). Lei n. 13.260/2016 (Terrorismo). Crimes na Lei n. 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). Crimes da Lei n. 4.737/1965 e suas alterações (Código eleitoral). Lei n. 11.340/2006 (Violência doméstica e familiar contra a mulher). Lei n. 13.146/2015 e suas alterações (Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei 10.741/2003 e suas alterações (Crimes cometidos contra idosos). Crimes contra as finanças públicas. Lei n. 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). Lei n. 7.492/1986 (Crimes contra o sistema financeiro nacional). Lei n. 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). Lei n. 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica). Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei n. 201/1967 e suas alterações, Lei n. 1.079/1950 e suas alterações e Lei n. 8.176/1991). Lei n. 13.869/2019 e suas alterações (Abuso de autoridade). Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores.</p>
<p>INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS</p>	<p>Investigação defensiva no direito comparado. Contraditório e defesa no inquérito policial. Direito à prova e à investigação dos fatos. Eficiência e garantismo. Paridade das armas. Princípio da igualdade. Contraditório e ampla defesa. Indiciamento. Compliance.</p>

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas às Carreiras Policiais é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas às Carreiras Policiais é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas às Carreiras Policiais é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Resumo e Transcrição da Aula: com um clique tenha o resumo e transcrição da aula estudada.

GRAN VANTAGENS

No Gran Vantagens, sua matrícula é apenas o começo de uma jornada cheia de privilégios que acompanham sua rotina dentro e fora da faculdade. Ao se tornar nosso aluno, você ganha acesso imediato a um ecossistema completo de benefícios, que inclui desde o uso gratuito de ferramentas de tecnologia e inteligência artificial até o apoio de plataformas profissionais e cursos livres.

A melhor parte? O benefício financeiro é real e imediato. Somando todos os descontos e acessos exclusivos em serviços de lazer, educação e bem-estar, você pode economizar até R\$ 3.000,00, um valor que pode superar o custo da sua matrícula. Isso significa que, ao escolher a Gran Faculdade, você não está apenas contratando um curso, mas fazendo um investimento inteligente em que a economia gerada paga o seu conhecimento. Matricule-se e veja o seu investimento retornar para o seu bolso todos os meses!

DESTAQUES:

Tenha condições especiais para adquirir dispositivos eletrônicos e acesso a softwares de design e edição. Estude com as melhores ferramentas com valores reduzidos;

Potencialize seus estudos com acesso às ferramentas de Inteligência Artificial, garantindo mais agilidade no seu aprendizado;

Domine o mercado com acesso gratuito à plataformas de análise de dados e à certificações profissionais. A sua formação técnica garantida sem custos adicionais;

Aproveite os descontos exclusivos nas maiores plataformas de streaming de música e vídeo do mercado.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

